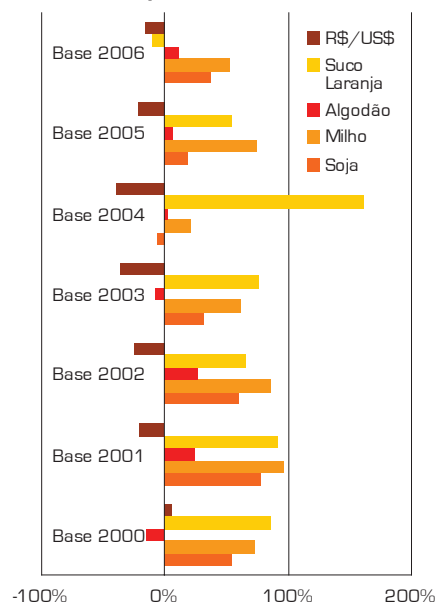


Opinião

Fair trade

Variação cambial versus
variação de preço

Fonte: Cbot/Nyse/Ipeadata

para questionar a atual política cambial. A relação de troca para o produtor rural piorou significativamente.

A política monetária do País, guiada pelo Comitê de Política Monetária (Copom) do Bacen, tem de ser rediscutida. Há ainda a infra-estrutura logística deficitária e o seguro incipiente como outros dois vilões para a competitividade do setor agropecuário. Algo precisa ser feito antes que os produtores rurais sacrifiquem seu patrimônio.

Para contribuir para reversão desse cenário, a SRB iniciou um esforço que avança em direção a uma audiência pública na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados, que irá debater, em agosto, os efeitos da política cambial na agropecuária. Sintam-se convidados a participar. ■

* Presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB)



João Sampaio*

INICIADO HÁ mais de 50 anos, o movimento de *fair trade* (comércio justo), de acordo com a definição clássica dada pela Federação Internacional de Comércio Alternativo, constitui uma parceria comercial baseada em diálogo, transparência e respeito, de modo a assegurar melhores condições de comercialização e dos direitos dos trabalhadores.

No papel, parece até redundante registrar o estabelecimento das transações de compra e venda de produtos nessas bases. Mas, quando envolvemos competitividade e a procura incessante por ganhos, certas obviedades se transformam em variáveis.

Nascida entre os países desenvolvidos, a vigilância na compra de uma produção, seja de relações justas entre produtores e trabalhadores como de equilíbrio na cadeia produtiva, começa a fazer parte das restrições e demandas de muitos consumidores. Produtos socialmente justos e ambientalmente limpos se tornam condição fundamental para o consumo. O problema surge quando aquilo que parece ser uma conscientização maciça das populações, também pode ter efeito contrário e produzir injustiças para aqueles que produzem.

Na prática, a primeira dificuldade é definir exatamente o *fair trade*. Enquanto as nações desenvolvidas do continente europeu, Japão e Estados Unidos subsidiam seus produtores, elas impõem taxas de

importação para países como o Brasil ou países do sudeste asiático e africano. Não dá para concorrer em pé de igualdade se o nosso produto enfrenta um subsídio de US\$ 1 bilhão gastos por dia para os países ricos manterem a sua competitividade.

Chega a ser até paradoxal os mesmos países subsidiarem pesadamente a sua produção e serem os maiores consumidores dos produtos com selo *fair trade*.

E mais, quando levamos nossas reclamações à Organização Mundial do Comércio, como no caso do painel do algodão, ganhamos mas não levamos. Não houve suspensão dos subsídios e nem ressarcimento aos cotonicultores brasileiros.

Entretanto, criticar as relações injustas entre os países competidores e os produtores brasileiros fica até inadequado quando o *fair trade* ainda é uma palavra estrangeira aos ouvidos de certos segmentos da cadeia produtiva. A transparência comercial, a transferência de informações do mercado para os produtores, assim como a garantia do preço mínimo para o produto, não acontecem em muitos produtos.

Considere-se a eterna disputa entre os citricultores e a indústria da laranja, entre os pecuaristas e os frigoríficos. Os foros reguladores dentro das cadeias precisam

funcionar e os números devem ser transparentes. Se o comércio justo não ocorre nem dentro da nossa própria casa, como podemos imaginar que funcione no comércio internacional?

Neste momento em que o Brasil desponta como o maior fornecedor de combustíveis alternativos e renováveis do mundo, a aplicabilidade do conceito de *fair trade* surge na boca de todos quando se fala em agroenergia. Mostrar aos nossos potenciais compradores que produzimos dentro das regras e, mais que isso, seguirmos efetivamente dentro dos parâmetros de comércio justo é indispensável. ■

* Secretário de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo. Ex-presidente da Sociedade Rural Brasileira